

# SER AVEIRO

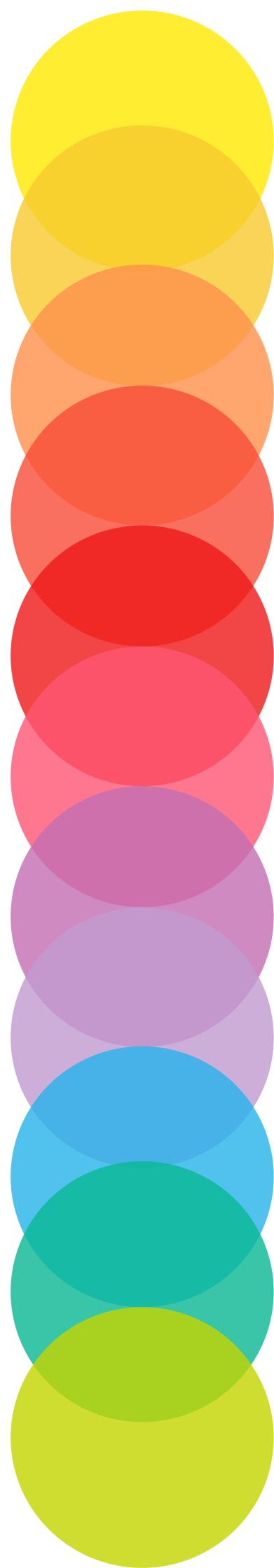
SEMEAR PROXIMIDADE

Programa Autárquico Aveiro

*versão completa*

AUTÁRQUICAS 2025



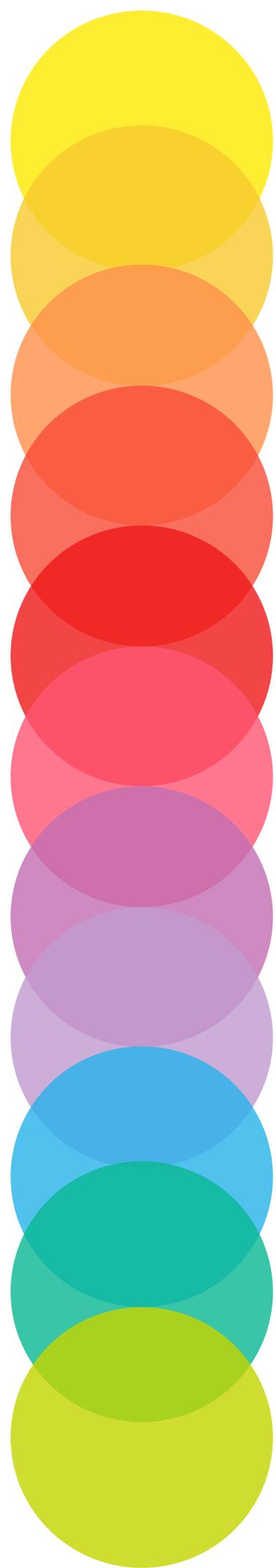


# Ser Aveiro

Ser Aveiro é o desejo de implantar um modelo de desenvolvimento local baseado na representação, na participação e na proximidade das pessoas que constituem o nosso coletivo – uma cidade que aproxime os valores democráticos a uma ação ativa e participativa.

Semear Proximidade é um projeto para Aveiro que, de facto, é uma aposta nas pessoas e nos contributos que todos e todas podem trazer à construção de uma cidade com mais justiça social, representatividade, sustentabilidade, mobilidade, cultura, habitação, economia local e, acima de tudo, felicidade pelo sentimento de pertença.

Uma cidade que é o palco da construção do que pode e deve ser o hoje, o amanhã e o futuro: justa, participativa, inclusiva e LIVRE.



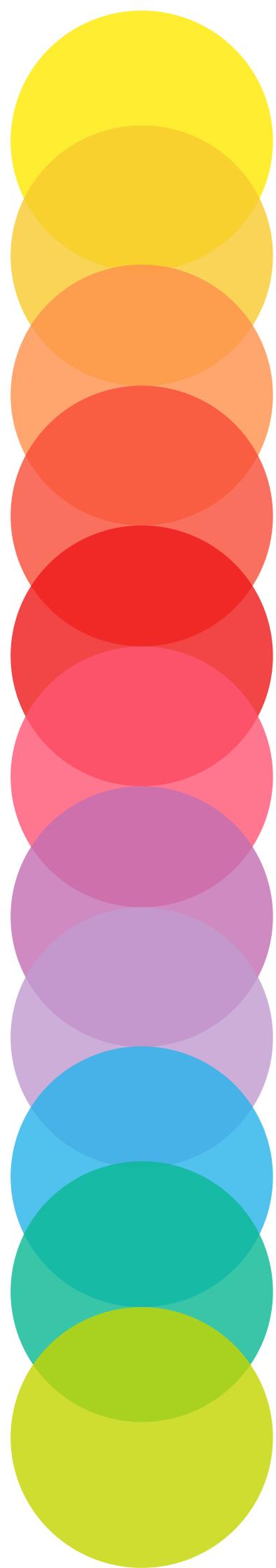
# Fortalecer o Coletivo

Acreditamos que é na proximidade entre pessoas que nasce a força da transformação. Aveiro é um lugar de encontro de trajetórias diversas, unidas pelo desejo de formar comunidade e viver a democracia no quotidiano, seja por quem nasceu na cidade ou por quem a escolheu como lugar de presente e de futuro.

A mobilidade, a universidade e as empresas aqui instaladas contribuem para tornar a cidade num pólo atrativo, e essa diversidade atrai saberes, experiências e soluções que enriquecem o espaço comum. É preciso trabalhar esse potencial para promover a projeção de Aveiro nas esferas regional e nacional.

Juntos, construiremos um município mais sustentável, justo, participativo e LIVRE, onde a vizinhança, o conhecimento e a economia local se articulam para aumentar oportunidades, cultura e inovação.

Aveiro celebra a diferença, combate a desigualdade e afirma-se como cidade solidária, onde cada pessoa participa na construção de um futuro coletivo e de proximidade.

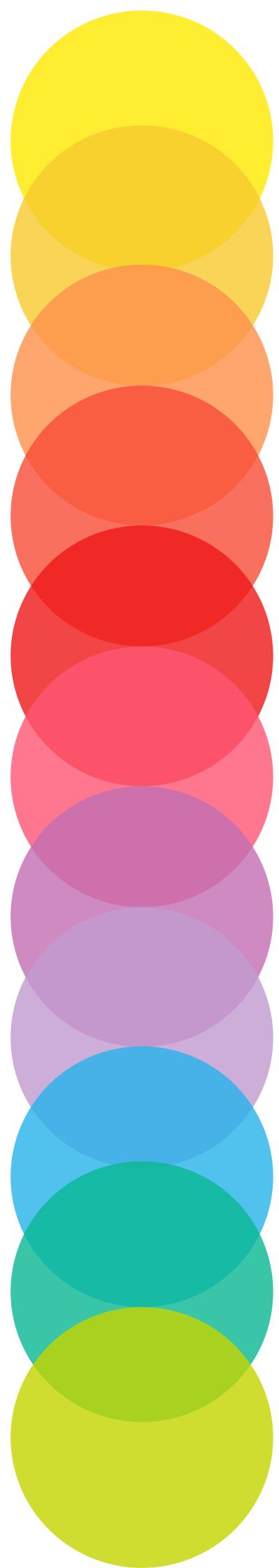


# Democracia Local

Nestas eleições autárquicas, o LIVRE propõe uma alternativa. Queremos construir cidades, vilas e aldeias na quais a democracia se concretiza todos os dias, de forma ativa e participativa. Cidades, vilas e aldeias onde as pessoas são livres para terem as vidas que ambicionam, em comunidades justas, saudáveis e felizes. Cidades, vilas e aldeias onde a preservação dos recursos naturais e a aposta numa economia solidária e de inovação andam de mãos dadas.

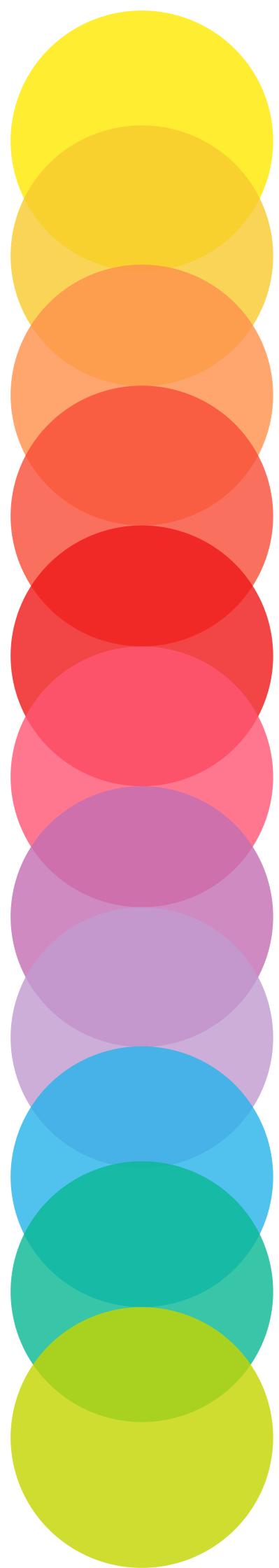
Para isso, construiremos autarquias mais democráticas e representativas, em que uma descentralização real e novos mecanismos participativos aproximem o poder das pessoas e as pessoas do poder. Cuidar do bem comum será um contínuo processo participativo que contará com todas e todos, desde a definição de Orçamentos Participativos mais alargados, ao proporcionar os meios para garantir a proteção civil da comunidade. Só com um poder local aberto e transparente conseguiremos defender a democracia que Abril nos deu e levá-la aonde ela até hoje ainda não chegou.

Construiremos autarquias mais verdes e sustentáveis, recentrando o espaço público em quem o usa diariamente, criando espaços comuns onde todas e todos possam conviver, promovendo e fortalecendo o espírito de comunidade. Reforçaremos o caminho para a neutralidade carbónica das autarquias e integraremos as infraestruturas verdes nas cidades, vilas e subúrbios com espaços verdes qualificados e necessários para assegurar a qualidade do ar; a permeabilidade dos solos, reduzindo a sua erosão; a regulação do microclima urbano; a manutenção de habitats e biodiversidade, privilegiando o uso de espécies autóctones; e a mitigação e adaptação às alterações climáticas, tendo sempre em vista a proteção e o bem-estar animal. O trabalho ambicioso ao nível local será a chave para alcançarmos as metas da transição energética.



Construiremos autarquias, onde o direito à habitação segura, acessível e de qualidade será reconhecido como uma dimensão fundamental da justiça social. Para isso, reforçaremos a habitação pública e as respostas sociais a situações de precariedade habitacional e de sem-abrigo. Trabalharemos para que a mobilidade seja fácil, sustentável, segura e confortável, assegurando que todas as pessoas tenham acesso a transportes públicos de qualidade que respondam às suas necessidades. Construiremos autarquias mais livres, justas e feministas, onde a discriminação e a desigualdade não terão lugar e onde sejam verdadeiramente livres todas as pessoas LGBTQIA+, com deficiência, sobreviventes e vítimas de violência de género e de violência doméstica, e imigrantes. Receberemos e celebraremos a diferença em cada cidade, vila e aldeia de Portugal. Será com ela – e não apesar dela – que criaremos o futuro.

Construiremos autarquias mais saudáveis e felizes, onde a arte, a cultura e o jornalismo serão plurais, acessíveis, participativos e reconhecidos como bens públicos essenciais a uma cidadania plena. Promoveremos a saúde e o bem-estar em todas as suas dimensões, conjugando a melhoria dos serviços de saúde existentes e reforçando as unidades de saúde locais, com o desenvolvimento de programas, como o apoio domiciliário, que contribuam para o envelhecimento ativo, o apoio aos cuidadores informais e a prevenção da doença. As escolas trabalharão com maior abertura e proximidade da comunidade em que se inserem, promovendo a igualdade desde a primeira infância através da construção de mais creches e o combate à pobreza infantil. As cooperativas e as associações serão fomentadas nas suas diferentes vocações, incluindo a fruição cultural e a prática de desporto amador.

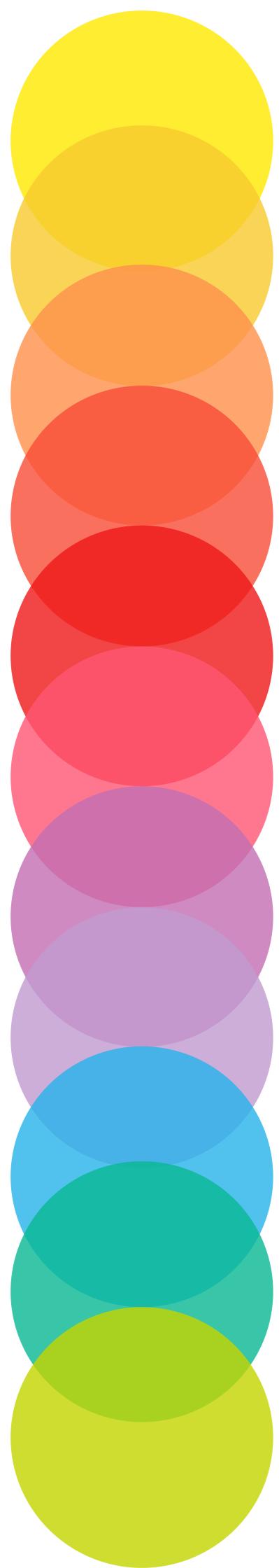


Construiremos economias locais mais solidárias e inovadoras, com maior igualdade de oportunidades, que permitam enquadrar o trabalho na construção de uma verdadeira conciliação entre a vida familiar e social, o cumprimento do potencial individual e coletivo das pessoas, o respeito e a melhoria dos direitos laborais. Promoveremos a transição para economias locais do conhecimento, nas quais a criação conjunta de valor seja causa e consequência de uma partilha justa dos ganhos sociais e económicos. Esses ganhos não serão obtidos à custa da sobre-exploração de recursos naturais, mas sim da utilização inteligente, circular e sustentável desses recursos, nomeadamente no que concerne à agricultura, à pesca ou ao consumo de energia.

É este o projeto que o LIVRE apresenta para as próximas eleições autárquicas. Um projeto ambicioso, mas concretizável, concebido por e para todas e todos.

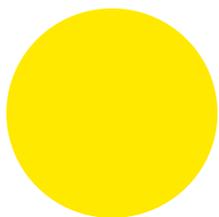
Acreditamos que o poder local é essencial para construirmos o Portugal que queremos e sabemos ser possível – mais justo, mais LIVRE e bom para viver.

Aveiro é uma dessas autárquicas.



# ÍNDICE

|  |           |
|--|-----------|
| <b>A. Ambiente e Estrutura verde</b>   | <b>8</b>  |
| <b>B. Habitação e Urbanismo</b>        | <b>11</b> |
| <b>C. Mobilidade e Transportes</b>     | <b>14</b> |
| <b>D. Igualdade e Direitos Humanos</b> | <b>17</b> |
| <b>E. Democracia Local e Cidadania</b> | <b>20</b> |
| <b>F. Cultura, Arte e Jornalismo</b>   | <b>23</b> |
| <b>G. Economia Local</b>               | <b>26</b> |
| <b>H. Saúde e Bem-Estar</b>            | <b>29</b> |
| <b>I. Educação e Desporto</b>          | <b>32</b> |
| <b>J. Proteção Civil</b>               | <b>35</b> |
| <b>K. Bem-estar e Proteção Animal</b>  | <b>38</b> |



# A.

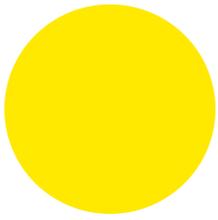
## Ambiente e Estrutura Verde

Os espaços verdes e a natureza têm uma importância crucial no desenvolvimento sustentável dos municípios, tanto em ambiente urbano como rural. Nas grandes cidades os espaços verdes são indissociáveis de vários serviços essenciais ao bem-estar dos cidadãos. Contribuem para a redução da poluição atmosférica, minimizando as mortes prematuras associadas. São essenciais na redução do impacto das cheias nas cidades e oferecem refúgio contra as altas temperaturas no verão. Têm uma importância fundamental na redução da doença mental, agravada pela agitação dos ambientes urbanos. Os espaços verdes são a principal fonte e refúgio da biodiversidade nas cidades.

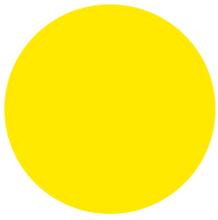
É em meio rural, essencialmente em florestas e pradarias, que se produzem os serviços ao ecossistema: absorção de carbono, produção de oxigénio, eliminação da poluição do ar e de elementos patogénicos, absorção de águas pluviais, infiltração de água no solo, alimentação dos aquíferos, filtragem da água, retenção dos solos minimizando a erosão, o valor paisagístico, psicológico e social do usufruto da natureza. É preciso incentivar modos de produção agrícola e florestal sustentáveis que protejam os ecossistemas e a biodiversidade, cada vez mais ameaçada pela destruição dos habitats.

O acesso universal à energia, água e saneamento são essenciais para municípios mais verdes e socialmente mais justos: não podem faltar em nenhuma casa. A valorização dos funcionários ligados a estes serviços é fundamental nesta missão.

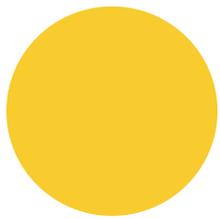
No LIVRE trabalhamos para construir políticas mais verdes e justas que contribuam para um desenvolvimento sustentável, promovendo uma ligação harmoniosa entre os munícipes e o ambiente que os rodeia.



1. Desenvolvimento de um Plano Municipal de Arborização para a criação de refúgios e espaços verdes.
2. Permeabilização de espaços urbanos, através da utilização de soluções baseadas na natureza em colaboração com os departamentos de Biologia e de Engenharias da Universidade de Aveiro, para desenvolver ideias inovadoras para a cidade.
3. Promoção da ciência cidadã ao público da cidade, incluindo os alunos da Universidade de Aveiro.
4. Reforço sustentável e consciente de espaços verdes nas ruas, urbanizações e freguesias em toda a malha municipal.
5. Criação de hortas comunitárias com a participação de diferentes valências da comunidade, desde escolas e centros de apoio a idosos até comércios locais e turismo, dinamizando momentos de incentivo à agricultura urbana e regenerativa.
7. Monitoração da poluição da Ria de Aveiro e dos canais, não só com o apoio das entidades locais de fiscalização, mas com a participação ativa de alunos das escolas do município e comunidade em parceria com instituições na dinamização de atividades de proteção e restauro.
8. Digitalização de sistemas de monitorização de áreas verdes, em articulação com a universidade e com a utilização da inteligência artificial, permitindo o controlo dos horários e gastos de água durante a rega dos espaços públicos.
9. Avaliação e investimento num planeamento florestal focado na resiliência e na adaptação às alterações climáticas, incluindo a proteção e o restauro da biodiversidade e serviços de ecossistema.
10. Implementação e fiscalização dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), com particular atenção à necessidade de adaptação às alterações climáticas, ao transporte de sedimentos, aos sistemas dunares e às zonas húmidas.



11. Dinamização de uma ação efetiva de proteção da biodiversidade da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, identificando e controlando as espécies invasoras.
12. Estratégia Municipal e Plano de Ação para o restauro dos ecossistemas terrestres, costeiros e de água doce de nível municipal.
13. Apostar nas fontes renováveis de produção de energia elétrica com o envolvimento das comunidades locais, priorizando, sempre que possível, o uso de superfícies urbanas para a implantação destas infraestruturas.
14. Promoção de iniciativas locais de educação ambiental e ciência cidadã para dar a conhecer aos munícipes a biodiversidade e a geodiversidade que os rodeia e as boas práticas necessárias à sua conservação.
15. Fazer o levantamento e reavaliação do alcance e estado das redes municipais de água e saneamento para identificação de áreas com necessidade de ação prioritária e reparação de fugas.
16. Melhorar a eficiência do Sistema de Gestão de Resíduos promovendo a sua digitalização, para colocação em viaturas e contentores, com vista à análise e processamento de dados potenciando alterações no processo de recolha de resíduos.

**B.**

# Habitação e Urbanismo

As dificuldades crescentes no acesso à habitação manifestam-se de formas diferentes nos vários municípios do país. Há, no entanto, um aspeto em comum: todos sofrem com a falta de respostas eficazes que tornem o custo da habitação compatível com os rendimentos da maioria da população.

A Lei de Bases da Habitação, publicada em 2019, reforçou o papel do poder local, dotando os municípios de novas ferramentas de planeamento e atuação para garantir o direito à habitação, que devia ser universal. No entanto, a sua aplicação tem enfrentado barreiras de natureza técnica, prática e de vontade política, o que reduz o impacto da intervenção pública neste que é hoje um dos maiores problemas enfrentados pela população portuguesa.

O próximo mandato autárquico será marcado pela aplicação da última fase do investimento público financiado pelo PRR e pela urgência em lançar, desde o início, uma resposta integrada para os anos seguintes.

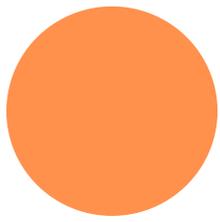
No LIVRE defendemos o acesso à habitação enquanto área prioritária de justiça social e sustentabilidade ambiental nos municípios portugueses e propomos as medidas necessárias para a tornar um direito efetivo durante o próximo mandato.



1. Habitação pública municipal garantida, para proporcionar o acesso das pessoas a habitações dignas, sustentáveis e a preços acessíveis.
2. Criação de Cooperativas de Habitação a fim de aumentar o parque público habitacional em diferentes regiões do município, permitindo a integração com o espaço público verde.
3. Realização de programas para alojamento estudantil, integrando redes municipais de partilha com a própria comunidade local.
4. Integração dos projetos urbanísticos de habitação, pública ou estudantil, em ações e soluções centradas na sustentabilidade e na natureza.
5. Requalificação de áreas residenciais existentes e criação de praças e refúgios verdes arborizados nas novas urbanizações.
6. Licenciamento responsável por parte das autoridades locais, impedindo a construção em áreas de risco elevado de cheias.
7. Promoção de espaços públicos com o planeamento consciente e assente em soluções integradas e baseadas na natureza.
8. Incentivo à dinamização de zonas arborizadas em novas urbanizações da cidade, potencializando uma maior consciencialização do espaço urbano verde.
9. Aplicação dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência e verbas do Orçamento do Estado para o contínuo investimento na construção, reabilitação e conservação da habitação pública, incluindo os Programas Ecológicos de Reabilitação dos Bairros Municipais.
10. Alojamento Local (AL): atualização de regulamentos municipais e criando-se um índice de pressão turística e implementando rácios máximos para as licenças de 2,5% de AL por habitação permanente.



11. Identificação/disponibilização de terrenos e edifícios camarários destinados à habitação não especulativa - como as cooperativas habitacionais, iniciativas de autoconstrução ou habitação evolutiva, para garantir o acesso à habitação a custos abaixo do preço de mercado.
12. Criação do programa 3C Municipal - Casa Conforto e Clima de reabilitação de habitações e património para combater a pobreza energética, melhorar o desempenho energético dos edifícios e o uso de energias renováveis.
13. Promoção do desenho urbano inclusivo de modo a não ser possível espaços públicos, espaços privados de acesso ao público ou mobiliário urbano que impossibilitam o descanso ou a pernoita de pessoas em situação de sem-abrigo.
14. Promoção do “Programa da Vereda” Municipal participativa para a requalificação de vias públicas para que sejam mais verdes, abertas, seguras e acessíveis.
15. Reforço do ordenamento do território municipal, metropolitano e regional, considerando as alterações climáticas, a degradação ecológica e ambiental e riscos associados, através da integração de soluções para a adaptação a estes desafios ao actualizar os PDMs .



C.

# Mobilidade e Transportes

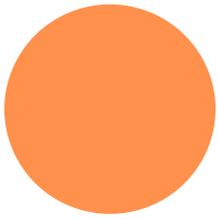
A mobilidade é uma das pedras basulares de uma sociedade democrática: as dinâmicas sociais impelem o ser humano a deslocar-se de forma regular para suprir as necessidades mais básicas. Mas os desafios a uma mobilidade suave, ativa e eficiente são cada vez maiores. As nossas cidades foram, durante décadas, planeadas e dominadas pelo automóvel individual. Trata-se de uma opção menos eficiente em termos ambientais, económicos, do uso do espaço público e do tempo implicado no trânsito, que atingiu níveis inoportáveis, perturbando e deteriorando as soluções de transportes públicos existentes.

É urgente criar, implementar e reforçar programas de mobilidade sustentável que respondam às necessidades das diferentes camadas da população. Para isso é preciso ouvir os municípios, perceber quais são as suas reais preocupações e necessidades e criar políticas públicas de mobilidade adequadas às realidades locais.

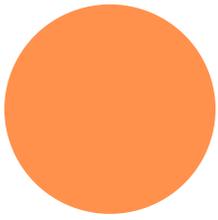
É preciso cumprir o compromisso da segurança rodoviária e garantir que as pessoas de todas as faixas etárias possam deslocar-se de forma segura, a pé, de bicicleta ou de transporte público, erradicando as mortes e feridos graves por sinistralidade rodoviária das nossas ruas.

Importa ainda aproximar os centros urbanos das periferias e aproximar as áreas urbanas dos territórios de baixa densidade. Para isso é necessário implementar sistemas de mobilidade capazes de conciliar os diferentes meios de transporte numa intermodalidade eficaz, sobretudo nos territórios de baixa densidade, suprimindo as lacunas deixadas pela rede de serviços existente.

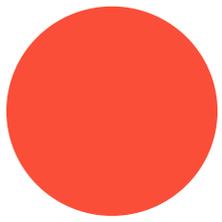
No LIVRE acreditamos numa mudança de paradigma na área da mobilidade. É imperativo reorganizar a forma como nos movemos nos nossos municípios. Para isso temos de colocar as pessoas - e não o automóvel - no centro da ação política.



1. Cidade dos 15 minutos, garantindo acesso a serviços essenciais por diferentes meios de locomoção – transportes públicos de qualidade, por exemplo.
2. Concretização de uma verdadeira rede de ciclovias interligadas para deslocações diárias e promoção da acessibilidade na cidade que permita uma circulação segura entre os pólos de atração e zonas habitacionais de todas as freguesias.
3. Aumento da oferta, integração e gestão municipal e intermunicipal dos transportes públicos, em articulação com municípios vizinhos, permitindo uma melhoria na informação e frequência.
4. Estudo e criação do Metro de Superfície com ligação à linha do Vale do Vouga (Vouguinha) e a sua requalificação efetiva, realizando uma interligação municipal e intermunicipal.
5. Melhorar a mobilidade ferroviária, em articulação com a IP, com a construção de uma ligação da linha do norte para a linha do porto de Aveiro, permitindo a sua abertura ao serviço de passageiros.
6. Passe Intermodal entre todos os serviços de transporte a preços acessíveis e tendencialmente gratuitos, possibilitando a utilização de uma opção mais sustentável.
7. Abertura de acessos, por meio da mobilidade suave, a regiões mais afastadas do centro urbano do concelho, como as freguesias de Esgueira, Aradas e Eirol.
8. Fomento de meios de transportes sustentáveis que devolvam a cidade a ações mais ecológicas, permitindo acessos rápidos e seguros a espaços - requalificar os acessos aos passadiços de Esgueira e o Cais da Ribeira, por exemplo.
9. Estabelecimento de parcerias com empresas da região, em conjunto com a Universidade de Aveiro, para desenvolver rotas/carreira solar para uma cidade cada vez mais ecológica.



10. Ampliação do número de pontos de estacionamento (docas) e de bicicletas BUGA, permitindo uma maior ramificação e abrangência territorial da rede em todas as freguesias.
11. Reformulação das zonas em torno das escolas, criando zonas pedonais e para modos suaves de transporte nas proximidades, especialmente junto às suas entradas, e reduzir a velocidade para 20 km/h onde for permitido circular de automóvel.
12. Desenvolvimento de ações de sensibilização para a utilização dos transportes, por forma a que os munícipes vejam as vantagens da utilização de uma rede de transportes sustentável.
13. Articulação digital de toda a rede de transportes no município, fomentando a acessibilidade às fontes de informação como horários e todas as redes existentes.
14. Redução dos limites de velocidade de circulação automóvel dentro das localidades, com o objetivo de priorizar a segurança rodoviária e a vida de utilizadores vulneráveis da via, reduzindo a velocidade máxima de circulação em zonas urbanas para 30 km/h.
15. Implementação de programas de educação e sensibilização nas escolas locais que informem sobre a importância da mobilidade ativa, promovendo atividades práticas como passeios de bicicleta e caminhadas em grupo, com o objetivo de sensibilizar jovens para a mobilidade sustentável.

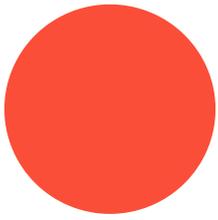
**D.**

# Igualdade e Direitos Humanos

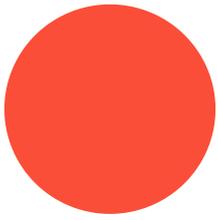
Ao longo do último ciclo autárquico assistimos ao agravamento de problemas sociais um pouco por todo o país. O desgaste das políticas públicas, a par de escolhas da governação local, tem contribuído para aumentar as desigualdades, pondo em causa a garantia dos direitos fundamentais da população. As pessoas em situação de vulnerabilidade social são as mais prejudicadas, tendo cada menos acesso ao que mais precisam, agrava-se o imobilismo social, contrariam-se as conquistas anteriores no combate à pobreza.

A governação local tem um papel crucial na proteção dos Direitos Humanos. Compete a cada município investir no levantamento das necessidades e na elaboração de estratégias inovadoras que respondam de forma urgente e concertada, procurando a igualdade através do respeito pelos direitos fundamentais de todas as pessoas.

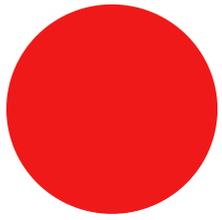
O LIVRE defende uma política de proximidade que promova a articulação entre a política local e os municípios e fregueses. Acreditamos que a diversidade é parte integrante da condição humana e todas as pessoas devem ser tratadas como iguais: cabe também à governação local assegurar os seus direitos.



1. Acessibilidade em todas as vias públicas, desde acessos a edifícios de serviços administrativos e culturais até à manutenção desses acessos por parte da Câmara Municipal.
2. Plano de envelhecimento ativo, com a criação de apoios aos cuidadores informais por meio de formações, do direito ao descanso e a criação de um plano municipal de saúde mental para os cuidadores informais.
3. Criação da Casa das Gerações no município, com a dinamização de atividades que permitam o convívio intergeracional.
4. Dinamização de workshops e ações para a promoção da literacia em acessibilidade, promovidos pela autarquia e destinados a diferentes públicos.
5. Plano municipal de relações culturais participativas, para fomentar uma maior integração das comunidades de imigrantes que residem na cidade de Aveiro.
6. Reforço do apoio a pessoas idosas ou em isolamento, promovendo campanhas municipais de sensibilização contra a violência sobre as pessoas com destaque para a prevenção de burla, fraude, negligência e maus-tratos.
7. Incentivo a programas intergeracionais entre idosos e estudantes universitários para o combate a solidão
8. Promoção de ações de sensibilização regulares contra todas as formas de violência e discriminação, combatendo e o preconceito, trabalhando em conjunto com as pessoas, associações e organizações da sociedade civil.
9. Garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência a espaços e transportes públicos, edificações, residências e equipamentos urbanos, eliminando as barreiras físicas e de outras naturezas, de acordo com a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025.



10. Contratação mediadores culturais para melhorar o diálogo e a participação política, a representatividade de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de grupos minoritários nos processos de análise e de decisão de políticas autárquicas.
11. Promoção de ações de sensibilização e formação transversais a várias áreas profissionais, a nível público e empresarial, de forma a melhorar a inclusão e apoio às pessoas da comunidade LGBTQIA+.
12. Promoção de um programa de acolhimento, temporário ou permanente de artistas e ativistas que, no seu país de origem, sejam alvo de perseguição pelo exercício da sua liberdade de expressão.
13. Criação de mecanismos municipais que ofereçam espaços seguros de partilha e apoio a sobreviventes de violência de género, considerando a interseccionalidade dos casos, informando sobre o contexto de violência e possibilitando a troca de experiências, além de sistematizar alternativas e caminhos possíveis, com informações claras sobre os recursos disponíveis.
14. Fomento do apoio a associações da sociedade civil por parte da autarquia local e de parceiros da região por forma a contribuir para o aumento dos recursos humanos e da literacia.
15. Reforço da implementação da Rede Espaços Cidadão em mais Juntas de Freguesia, reunindo serviços públicos de várias entidades num único balcão, promovendo a desburocratização, a articulação entre associações e serviços e a agilização do atendimento aos e às munícipes.

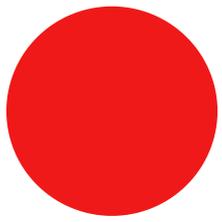
**E.**

# Democracia Local e Cidadania

Com o 25 de abril de 1974 assistimos a um reforço do Poder Local em Portugal, que conduziu a uma melhoria progressiva nas políticas de proximidade com a cidadania, na gestão do ordenamento do território e na prática da administração do território. O amadurecimento da democracia e, conseqüentemente, do poder local, conduziu a uma associação entre o exercício da governação autárquica e a efetiva participação das pessoas. Esta conduta está alinhada com a agenda 21 da ONU: "(...) Os poderes locais criam, dirigem e mantêm infraestruturas económicas, sociais e ambientais, supervisionam processos de planeamento, estabelecem políticas e normas de ambiente locais e participam na implementação nacional, subnacional, de políticas ecológicas.

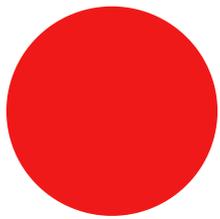
A participação pública, individual ou coletiva, concretiza-se no exercício da cidadania: esta assume maior ou menor importância de acordo com os instrumentos de gestão e regulamentação que as autarquias disponibilizam e implementam no sentido da sua operacionalização.

No LIVRE acreditamos que a governação será tanto mais eficaz quanto mais desenvolver a condução das matérias públicas com participação dos cidadãos, residentes e as organizações e associações locais, pondo em prática uma democracia alargada, representativa e participada, entre o poder local e as pessoas.

**E.**

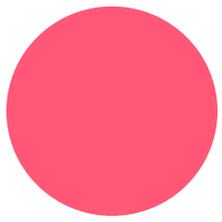
# Democracia Local e Cidadania

1. Assembleias de Cidadãos para estimular a participação ativa na decisão política local, com a apresentação de soluções para os problemas do quotidiano.
2. Dinamização das “comunidades cidadãs” dentro de cada freguesia, constituídas por pessoas que residam num mesmo quarteirão, bairro, arruamento, entre outros, com o objetivo de fomentar a identidade e a economia local, por meio de parcerias que visem às relações de vizinhança e de interajuda.
3. Melhoria da plataforma a nível das funcionalidades e acessibilidade para que os municípios reportem os problemas e as sugestões de solução de forma mais rápida e intuitiva. Assim, reforçar o debate regular em assembleias de moradores dos problemas e soluções apresentados.
4. Reforço dos recursos da polícia municipal, fomentando o policiamento de proximidade com conhecimento técnico e contacto regular e comunitário com a população e o tecido de serviços, comércios e equipamentos que a servem.
5. Tornar as discussões públicas mais acessíveis e transparentes, promovendo a divulgação de períodos de discussão pública em anúncios nos sítios da internet, cartazes em quadros analógicos informativos, em espaço público aberto, realizando-os com períodos alargados e que não incluem períodos de férias.
6. Promoção da transparência em todos os órgãos públicos locais, como o estabelecer de regras comuns, de sustentabilidade social e ambiental, de conduta para todos os setores autárquicos, incluindo o empresarial, e exigir paridade de género e menor diferencial de remunerações.
7. Contribuição para a prevenção e combate à corrupção, com a criação de organismos independentes do poder local, abertos à participação direta de todas as pessoas e munidos das ferramentas necessárias para darem seguimento a fiscalizações, pedidos de esclarecimento e queixas a nível local para as devidas instâncias.

**E.**

# Democracia Local e Cidadania

8. Defesa dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) locais como espaços isentos de promoção directa ou indirectamente financiados pelos órgãos municipais.
9. Integração da população nas fases de conceção, de desenvolvimento e de concretização de todas as atividades e estratégias locais.
10. Implementação do Orçamento Participativo de Ação Direta com um efetivo controlo dos projetos por parte dos proponentes, assim como a integração dos projetos bem sucedidos nos programas municipais.
11. Promoção de procedimentos para resposta atempada às várias solicitações dos munícipes, incluindo os requerimentos para consulta de documentos administrativos e informação administrativa, cumprindo o princípio da administração aberta no acesso e a reutilização da informação administrativa.
12. Criação e divulgação de um guia de participação cívica, incluindo como fazer queixas do nível local a órgãos nacionais.
13. Melhorar as condições de trabalho das equipas interdisciplinares de apoio e contacto com as populações isoladas nos territórios de baixa densidade, e que estas incluam técnicos municipais, forças policiais ou Guarda Nacional Republicana (GNR) e organizações do terceiro setor.
14. Promoção de um ambiente de participação e respeito mútuo pelas diferenças em todas as instituições municipais.

**F.**

# Cultura, Arte e Jornalismo

A arte e a cultura constituem, enquanto bem público, uma dimensão crucial das nossas vidas coletivas. As práticas culturais e a fruição artística representam alegria, imaginação, comunidade, mas são também promotoras de bem-estar social, de inovação e coesão social, de cidadania e qualidade de vida.

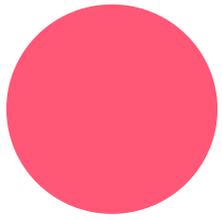
A cultura é um pilar da democracia, promotora da autonomia das pessoas e da sua capacidade de organização e associação. À arte e à cultura juntamos o jornalismo enquanto bem público que deve ser defendido também nas políticas municipais.

O jornalismo, enquanto prática de cidadania e processo de afirmação democrática, deve ser salvaguardado da lógica do mercado para poder atingir os objetivos de interesse público.

O LIVRE inclui, por isso, o jornalismo nas práticas culturais de uma sociedade democrática do século XXI e que deve estar presente na interseção das políticas culturais com a cidadania.

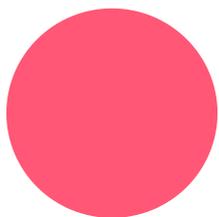
O nosso programa reconhece a importância fundamental da cultura em todas as suas interseções (criação artística, educação, saúde, desenvolvimento territorial, valorização do património local, comunidade, cidadania e democracia) para uma cidadania mais rica, mais exigente e mais humanizada e o seu papel estratégico na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na economia do conhecimento e da descarbonização.

No LIVRE trabalhamos para que as políticas culturais promovam a pluralidade de visões e de práticas, o desenvolvimento comunitário e popular, a inclusão e a diversidade cultural, a descolonização e a construção de uma sociedade feminista. O direito à cultura, à expressão artística e seu usufruto e ao jornalismo independente e de qualidade constituem a sociedade democrática e participativa que o LIVRE defende.

**F.**

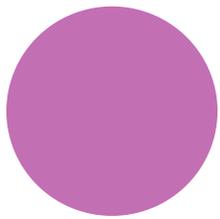
# Cultura, Arte e Jornalismo

1. Criação de espaços culturais verdes abertos a toda a comunidade, dinamizados para serem espaços de troca de ideias, experiências e de valores democráticos.
2. Liberdade artística às atuações de artistas de rua, procedendo a uma revisão profunda do regulamento para acabar com a burocracia excessiva.
3. Maior inclusão, participação e acesso comunitário a eventos culturais, fomentando parcerias com associações locais e o envolvimento da universidade.
4. Criação de um programa de incentivos municipais, gerido pela Câmara Municipal, destinado aos órgãos de comunicação social e entidades locais que desenvolvam projetos de jornalismo cívico, garantindo a produção de conteúdo de interesse público e valorizando a comunicação de proximidade.
5. Fomento de uma rede de colaboração entre órgãos de comunicação social, escolas, museus e outras entidades para o desenvolvimento de projetos de jornalismo cívico com ampla participação da comunidade, a fim de fortalecer a identidade local, ampliar a literacia mediática e incentivar a participação ativa.
6. Eliminação das barreiras económicas, sociais e simbólicas, garantindo o acesso à fruição e participação cultural para todas as pessoas, criando um passe cultural municipal - dar acesso ao teatro, museus e outros espaços culturais do concelho.
7. Simplificação dos modelos de financiamento e otimização entre o poder municipal e as estruturas associativas do setor.
8. Apoio e criação de cooperativas culturais e movimentos associativos e comunitários e delinear uma estratégia que assegure a sua autonomia e sustentabilidade, criando um estatuto que as proteja (do despejo, por exemplo).

**F.**

# Cultura, Arte e Jornalismo

9. Abertura dos equipamentos escolares (como auditórios e bibliotecas) à comunidade e artistas locais, nomeadamente, para projetos colaborativos com a comunidade escolar e de carácter intergeracional.
10. Dinamização e apoio de projetos artísticos e culturais junto de jovens e da comunidade escolar, com ênfase no combate à exclusão social e cultural, incluindo iniciativas intermunicipais.
11. Promoção de uma imprensa local independente com espaços de cidadania e de diálogo para todas as pessoas, garantindo uma representação plural da realidade política e socioeconómica do concelho no debate sobre o desempenho do executivo.
12. Dinamização de uma rede de mentoria para novos criadores, criando uma ponte entre artistas emergentes com artistas profissionais da cidade.
13. Aumento do número de residências artísticas e residências STEAM para receber artistas locais, nacionais e internacionais, incentivando experimentação interdisciplinar e intercultural.
14. Reabilitação de edifícios históricos para a criação de centros culturais, galerias, espaços de coworking cultural.
15. Promoção da digitalização dos arquivos municipais, incluindo todo o acervo histórico-cartográfico dos municípios e das publicações municipais esgotadas e fora de circulação, garantindo o seu acesso livre e público, em cooperação com a Universidade e a sociedade civil.

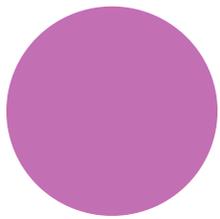
**G.**

# Economia Local

Trazer a Economia e o Desenvolvimento Local de novo para a esfera comunitária é fundamental para criar uma sociedade mais justa, descentralizada e humanista. O processo de decisão política e administrativa assente numa visão centralizadora não só prejudica o desenvolvimento regional e local, como acentua a diversidade das dinâmicas económicas e dificulta as dimensões de solidariedade e cooperação das relações sociais.

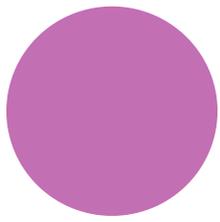
Os diversos órgãos de poder local têm várias competências e instrumentos de intervenção ao seu dispôr para alterar substancialmente o curso da produção, consumo, fruição e comércio nos seus territórios. Cabe aliar essas ferramentas a uma ânsia em valorizar o desenvolvimento local como uma via essencial de coesão social e progresso.

O LIVRE considera crucial o enraizamento comunitário dos processos de decisão autónoma para a sua prosperidade económica, material e sustentável, assim como para a sua própria capacidade de orientação. Desta forma, o LIVRE crê no desenvolvimento do âmbito local de uma economia, mais cooperante do que competitiva, como forma de construir uma comunidade mais coesa, mais justa, mais igual, mais sustentável e mais livre.

**G.**

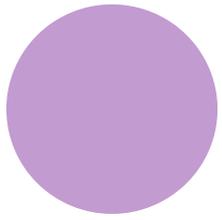
# Economia Local

1. Estímulo do comércio local por meio de programas de divulgação e de incentivos económicos ao investimento.
2. Promoção de um melhor acesso ao conhecimento e a oportunidades, nomeadamente instituições de ensino, telecomunicações e soluções de mobilidade às comunidades.
3. Aposta na economia circular e no consumo responsável com estratégias “zero resíduos”. Atualização do plano de reciclagem, fomentando medidas que facilitem a adoção de comportamentos responsáveis.
4. Reavaliação dos pontos de reciclagem em todo o concelho de Aveiro, de forma a garantir maior concentração de ecopontos para os residentes e a promoção da separação selectiva e valorização dos bioresíduos.
5. Ampliação na escala da recolha de resíduos orgânicos, alargando-a a todos os cidadãos, para a sua valorização e compostagem, reduzindo a quantidade de resíduos na linha comum.
6. Incentivo ao desenvolvimento e a criação de cooperativas e/ou associações que promovam a produção e o consumo sustentável de bens ou serviços e de apoio social a nível local.
6. Criação de polos de energia em bairros urbanos, capacitando as comunidades locais para a produção e o consumo da sua própria energia de base descentralizada, renovável e inclusiva.
7. Desenvolvimento de estruturas de apoio ao empreendedorismo local, com o foco em áreas da conservação e dinamização de espaços verdes, incentivando a economia circular.
8. Criação de um gabinete técnico para auxílio à formação e desenvolvimento das Comunidades de Energia de Base cidadã.
9. Mediação entre freguesias, associações e membros de comunidades profissionais locais para a participação em projetos de cooperação, investigação e inovação.

**G.**

# Economia Local

10. Preservação da Ria e das Salinas, através de uma maior consciencialização, promovendo atividades que valorizem o ambiente e a economia local simultaneamente.
11. Promoção do Parque Municipal como espaço cultural, de convívio, de lazer e de comunidade, permitindo uma utilização eficiente deste local.
12. Criação de mecanismos de captação/fixação de população, incluindo quadros técnicos e profissionais na área dos serviços públicos, como profissionais na área da saúde e do ensino.
13. Implementação de estratégias locais de aumento do tempo disponível para todos, incluindo incentivos para redução do horário de trabalho junto das empresas locais e sensibilizar com as empresas do município a criação de postos de trabalho em regime de teletrabalho.
14. Promoção de políticas e programas de apoio ao pescador com evidências científicas. Apoiar projetos e estudos que abordem o papel das comunidades piscatórias na promoção de práticas sustentáveis, proteção da biodiversidade e da segurança marítima.
15. Investir em sensorização e monitorização de dados relevantes para o bem-estar público: criando redes municipais de sensores para medir parâmetros ambientais como qualidade do ar, qualidade da água, biodiversidade, ruído, parâmetros de mobilidade, e garantindo a sua disponibilização numa plataforma de dados abertos.
16. Fomentar o acesso a dinâmicas que são essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar como o associativismo, a partilha de ferramentas, a capacitação técnica de agricultores e agricultoras, abastecimento das entidades públicas com produtos agrícolas locais, incentivo aos mercados de proximidade e produtores locais para venda dos produtos.



# H.

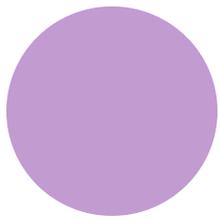
## Saúde e Bem-Estar

A saúde é um direito fundamental de todos os cidadãos. A Constituição da República Portuguesa garante o direito à proteção da saúde, concretizado por um Serviço Nacional de Saúde público, universal e tendencialmente gratuito, conforme reforçado pela Nova Lei de Bases da Saúde. Mas as barreiras no acesso a cuidados de saúde são cada vez maiores, especialmente para as pessoas em situação de vulnerabilidade. A dimensão local e de proximidade têm um papel fundamental na saúde e bem-estar dos municípios. No entanto, esta área tem vindo a ser desvalorizada: a despesa municipal com a Saúde é de apenas 6%, contra os 10% da média da OCDE.

As Câmaras Municipais têm várias competências na área da Saúde que podem ser otimizadas, contribuindo de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos municípios. As autarquias também passaram a ser responsáveis pelo investimento em novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários e a gestão dos funcionários (assistentes técnicos) das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde do SNS (ACeS), bem como pelos programas de prevenção da doença e promoção da saúde.

No LIVRE construímos políticas locais que contribuam para melhorar a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida de todas as pessoas. As alterações demográficas e populacionais acarretam novas exigências na organização do SNS.

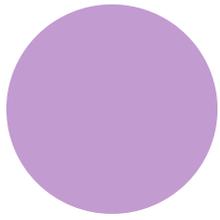
A promoção da saúde ao longo do ciclo de vida, bem como a urgência em democratizar o acesso à saúde e empoderar os municípios são passos essenciais para garantir o direito a uma vida ativa e mais saudável.



# H.

## Saúde e Bem-Estar

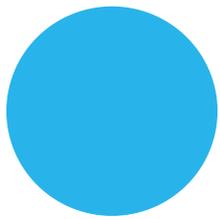
1. Influência por parte do executivo camarário para o avanço de obras de ampliação e melhoria do Hospital de Aveiro.
2. Melhoria nos acessos aos diversos serviços de saúde no município, especialmente em regiões mais afastadas e com mais dificuldades nos transportes e cuidados de saúde.
3. Atração de profissionais de saúde para a cidade, em parceria com as autoridades competentes, com vista a assegurar serviços hospitalares contínuos e de qualidade.
4. Criação de espaços e equipamentos públicos de apoio às famílias: centros de dia e apoio integral a idosos; rede de amas e de creches descentralizadas e que abrangem todo o município.
5. Incentivo a programas de literacia em saúde dedicados à segurança, cuidado e autonomia das pessoas idosas, com dependência e com deficiência. Estes devem ser dirigidos a utentes, às famílias e cuidadores, abordando temas como a prevenção da queda, adaptação dos espaços residenciais e administração de medicação
6. Dinamização de programas de Promoção da Saúde, em particular nas áreas da saúde mental, atividade física, nutrição, saúde oral e saúde sexual e reprodutiva a implementar nas escolas, centros de dia, centros comunitários e juntas de freguesia.
7. Articulação e colaboração eficiente entre os serviços de saúde e os serviços sociais a nível local. Simplificar os processos, eliminando as barreiras ao acesso.
8. Aumento do número de assistentes técnicos nas unidades locais de saúde (USF e UCSP), melhorando a eficiência dos serviços e a articulação com utentes.



# H.

## Saúde e Bem-Estar

9. Promoção de literacia associada à menstruação e a produtos menstruais sustentáveis, garantindo o acesso a produtos de higiene íntima a todos os que os necessitem.
10. Desenvolvimento de programas de Promoção da saúde sexual e reprodutiva, democratizando o acesso a testes de rastreio de infeções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos
11. Fomento de programas de formação para AT em todas as unidades locais de saúde (USF e UCSP), promovendo a agilização da inscrição de todos os utentes no sistema (com particular atenção para migrantes, cuja inserção no sistema é muito complexa) - evitando a sobrecarga dos serviços de urgência e garantindo o acesso universal a cuidados de saúde primários mais eficientes.
12. Afixação em todas as unidades de cuidados primários e hospitalares os direitos de utentes, destacando o direito a acompanhante e a tradução. Garantir que o conjunto de profissionais nas unidades de saúde são informados e zelam pelo seu cumprimento.
13. Fomentar programas de base comunitária de Promoção da Saúde mental e Apoio psicossocial, alinhados com o Plano de Ação integral de Saúde mental 2013-2030 da Organização Mundial de Saúde.
14. Desenvolvimento de programas comunitários de apoio domiciliário a pessoas idosas, com particular atenção para os casos de isolamento e solidão indesejada, envolvendo associações e organizações, profissionais de saúde, vizinhança, familiares e cuidadores.



I.

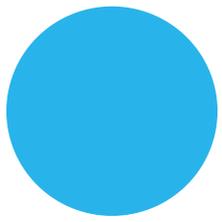
# Educação e Desporto

A educação e o desporto são áreas formativas e de bem-estar fundamentais para a mobilidade social e para a igualdade. Assegurar o direito universal à educação desde a infância, quebra os ciclos de reprodução da pobreza que afetam uma em cada cinco pessoas no nosso país. Por um lado, a prática de desporto tem benefícios positivos para o desenvolvimento físico, mental, emocional e social das crianças e adolescentes. Por outro lado, promove a integração da população migrante e combate a solidão na população envelhecida, que se deseja ativa até cada vez mais tarde.

Estas são áreas de competência complementares entre o Estado e as autarquias, mas o poder local tem um papel central na criação de infraestruturas e equipamentos, bem como na implementação de programas que suprimam lacunas nas freguesias, concelhos e junto das populações.

No LIVRE apostamos no fortalecimento da comunidade escolar e na sua ligação ao território e tecido social onde se insere, na inclusão de todas as pessoas na prática desportiva e na melhoria das condições dos trabalhadores nas escolas e nos espaços e equipamentos desportivos.

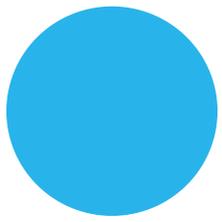
A criação de condições, a nível local, que garantam o direito à educação desde a infância, a existência de infraestruturas públicas essenciais à prática desportiva e o desenvolvimento do desporto local, comunitário e amador são alguns dos nossos objetivos para o próximo ciclo autárquico.



I.

# Educação e Desporto

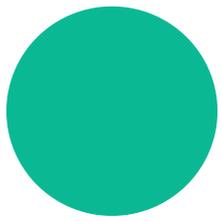
1. Dinamização de espaços públicos e comunitários para a prática de atividades desportivas coletivas ao ar livre, requalificando infraestruturas desativadas.
2. Integração dos jovens e de toda a comunidade em projetos cívicos e ambientais.
3. Aumento na oferta de creches e infantários públicos em edifícios que pertencem ao município, tornando-os espaços dos e para os cidadãos.
4. Fomento da abertura das escolas à comunidade, por meio da criação de projetos colaborativos para fortalecer os laços entre os agentes educativos e a população local.
5. Valorização do ensino profissional, a fim de dotar o município de técnicos que correspondam às necessidades locais identificadas.
6. Facilitar a autonomia das escolas e a sua articulação sociocomunitária, apoiando os agrupamentos escolares na construção de parcerias com organizações locais, promovendo a valorização dos saberes comunitários e a participação ativa dos alunos em projetos que desenvolvam competências sociais e civismo.
7. Garantir a existência de equipas multidisciplinares nas escolas, que incluam profissionais da psicologia e da assistência social, promovendo a articulação entre escolas, estudantes e suas famílias.
8. Aumentar o número de profissionais não docentes nas escolas, garantindo que estudantes tenham um acompanhamento adequado e maior flexibilidade no acesso a atividades escolares e extracurriculares, dentro das competências municipais.
9. Aumentar a eficiência energética dos equipamentos escolares, garantindo um ambiente saudável e confortável durante todo o ano.



I.

# Educação e Desporto

10. Promover cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA) para imigrantes residentes nas respetivas freguesias ou municípios, em parceria com associações locais.
11. Avaliação da Infraestrutura do Estádio Municipal de Aveiro para a sua reutilização por parte da população com a dinamização de eventos desportivos e culturais.
12. Fomento de um Programa de voluntariado para a cooperação entre estudantes universitários e alunos com dificuldades para sessões de reforço escolar fora do horário normal.
13. Incentivo a Parcerias com centros de formação e Universidade para a divulgação de cursos gratuitos ou de preço acessível para a promoção de formação ao longo da vida.
14. Criação de Programas Desportivos para os Cidadãos, subsidiados ou com preços acessíveis para famílias com menor rendimento.
15. Desenvolvimento de uma aplicação que permita às pessoas descobrir espaços desportivos disponíveis, horários, reservas, articulando com os espaços das escolas, associações, etc.



J.

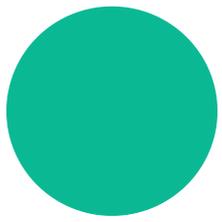
# Proteção Civil

As alterações climáticas são responsáveis pela intensificação de catástrofes naturais como tempestades, secas, inundações e incêndios florestais, com graves impactos na vida das populações. No contexto da resposta a desastres, a proteção civil assume um papel essencial ao implementar estratégias que integram a prevenção, preparação e resposta rápida. A formação de equipas especializadas, o estabelecimento de sistemas de alerta e a sensibilização das populações são medidas que ajudam a reduzir os riscos e a minimizar os danos.

As atividades de proteção civil têm ainda um impacto significativo na coesão social e no fortalecimento do sentido de comunidade. Ao envolver os cidadãos em atividades de preparação e resposta como simulacros, campanhas de sensibilização e ações de voluntariado, a proteção civil promove a solidariedade e encoraja a cooperação entre vizinhos, famílias e organizações locais para enfrentar desafios comuns.

Esta colaboração reforça a confiança mútua e aumenta a resiliência das comunidades, criando uma rede de apoio e segurança que fortalece o espírito coletivo.

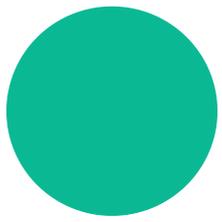
No LIVRE trabalhamos em medidas que promovam a atuação da proteção civil em estreita colaboração com as pessoas e com iniciativas ecológicas, ajudando a fortalecer a capacidade de adaptação ao atual cenário climático, assegurando o bem-estar das populações e promovendo um futuro mais resiliente e seguro. Para alcançar estes objetivos, no plano autárquico, propomos um conjunto de medidas.



J.

# Proteção Civil

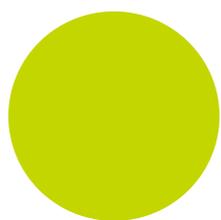
1. Criação de planos urbanos robustos e resilientes contra as alterações climáticas, que contem com a participação de vários setores da sociedade e com soluções baseadas na natureza.
2. Avaliação do risco a eventos climáticos extremos, como incêndios, inundações, secas ou ondas de calor. Identificação de áreas de risco para priorizar intervenções com vista a repor serviços de ecossistema e reduzir o risco para os cidadãos e o ambiente.
3. Implementação de um maior controlo, por parte das entidades políticas locais, para evitar a construções em zonas de risco elevado de inundação ou de importância cultural e ambiental, fundamentalmente na área da ria.
4. Disseminação ativa de programas municipais de segurança, como simulacros em edifícios públicos, campanhas de sensibilização rodoviária. Criação da Freguesia Segura, baseado na Aldeia Segura de âmbito nacional.
5. Estabelecimento de programas de proximidade (bairros ou aldeias) para sensibilizar e promover a participação da população nas atividades de Proteção Civil.
6. Aumento da coordenação com as Associações de Bombeiros Voluntários, integrando-as nos programas de prevenção, sensibilização da população e na criação de estruturas comunitárias de proteção civil.
7. Dotar as autarquias de capacidade técnica na área da Proteção Civil, quer pela contratação de mais profissionais, quer pela formação das pessoas já contratadas.
8. Atualização regular de planos de contingência e atuação em caso de catástrofes naturais, epidemias e pandemias, mas também em caso de frio ou calor extremo, com especial atenção para as pessoas em condição de sem-abrigo. Desenvolver ações de sensibilização junto da população escolar e laboral.



J.

# Proteção Civil

9.  
Promoção a formação em primeiros socorros através de programas desenvolvidos pelas autarquias, em parceria com as Associações de Bombeiros Voluntários e/ou Delegações locais da Cruz Vermelha Portuguesa
10.  
Criar mecanismos intermunicipais e regionais de monitorização de vulnerabilidades e riscos climáticos e ambientais articulados com os planos de ação climática e estratégias de adaptação às alterações climáticas.
11.  
Revisão das infraestruturas de combate a incêndios, através de novos pontos de água para uso dos bombeiros em zonas vulneráveis à ocorrência de incêndios florestais, incluindo, mas não limitado, a todas as povoações de pequena dimensão.
12.  
Inclusão do Médico Veterinário Municipal, e respetiva equipa, nas equipas de proteção civil municipal.

**K.**

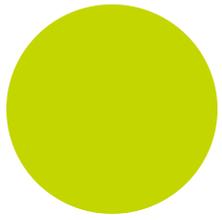
# Bem-estar e Proteção Animal

O Bem-estar Animal tem tido um interesse crescente em Portugal ao longo dos últimos anos, refletindo uma dimensão ética que acompanha uma mudança de paradigma na sociedade. É prova de uma exigência social cada vez maior por uma abordagem mais responsável e digna na forma como nos relacionamos com as outras espécies animais em vários contextos. O conceito One Health, preconizado pela OMS, nasce de uma abordagem multidisciplinar que integra investigação, ensino, políticas públicas e boas práticas. Tem como base uma larga evidência, que mostra a interdependência entre a saúde humana, animal e dos ecossistemas.

O bem-estar animal é também uma questão de saúde pública. Os animais de companhia têm um impacto positivo na saúde humana, física e mental, especialmente nos idosos, além de desempenharem papéis fundamentais em áreas terapêuticas de assistência e operações de salvamento. O sofrimento dos animais tem repercussões nas suas vidas e nas dos seus tutores. É necessário elaborar estratégias que atendam às necessidades locais e integrar o bem-estar animal nas políticas municipais, tanto em áreas urbanas como rurais. É urgente criar estruturas de apoio que garantam que ninguém é forçado a abandonar um animal.

O Programa Nacional para os Animais de Companhia, aprovado em 2021, foi um passo nesse sentido. É necessária uma ação conjunta que permita cuidar dos animais, promover a esterilização, regular e incentivar a adoção e apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade no cuidado dos seus animais, nomeadamente as pessoas em situação de sem-abrigo. A governação local tem um papel determinante no bem-estar e na proteção animal.

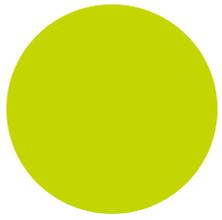
No LIVRE construímos medidas integradas numa perspetiva de sustentabilidade, trabalhando para um futuro mais justo, verde e sustentável.



# K.

## Bem-estar e Proteção Animal

1. Criação do Canil Municipal, em articulação com as associações locais, que permita uma maior articulação da proteção e bem-estar animal, incluindo a implementação de campanhas de esterilização para diminuição de animais errantes.
2. Incentivo e promoção de Campanhas sazonais de vacinação antirrábica e desparasitação.
3. Maiores incentivos para as associações cidadãos de proteção dos animais, permitindo que continuem a prestar ajuda com condições e dignidade.
4. Criação de espaços e de parques de lazer com maior capacidade para os animais de companhia.
5. Promoção de programas que incentivem a adoção e a sensibilização para o bem-estar animal em todo o município.
6. Ações de sensibilização para os riscos de perturbação dos ecossistemas que a introdução de espécies invasoras (intencional ou acidental) acarreta e trabalhar em articulação com as entidades competentes, associações, profissionais e comunidades nos programas de conservação
7. Promoção, a nível local e articulando com associações, organizações e as autoridades competentes, programas pedagógicos de sensibilização sobre o Bem-estar Animal na aquisição/adoção de animais de companhia junto da comunidade.
8. Desenvolvimento um Programa Municipal de identificação e monitorização das colónias de animais de companhia errantes, em coordenação com os Centros de Recolha Oficial de Animais (CROA), com associações zoófilas e participação cidadã.



**K.**

# Bem-estar e Proteção Animal

9.  
Apoio a centros de recuperação de animais selvagens dos ecossistemas locais e promover a sua divulgação nas escolas e comunidade como forma de educação ambiental para a conservação e recuperação de espécies animais.
10.  
Promoção de estratégias integradas de promoção da saúde, bem-estar e proteção animal, assentes na evidência de que, no atual momento de “emergência climática”, é necessário reconhecer a interdependência entre animais, meio-ambiente e pessoas.
11.  
Elaboração de um programa de âmbito municipal de apoio aos tutores em situação de vulnerabilidade social, estabelecendo parcerias com as Universidades Escolas de Medicina veterinária, associações, organizações e a comunidade, viabilizando o acesso a serviços de emergência.
12.  
Criação de um banco farmacêutico solidário municipal.

AUTÁRQUICAS 2025  
Programa Autárquico Aveiro

# SER AVEIRO

SEMEAR PROXIMIDADE



**LIVRE**